

Senhores(as), neste **Relatório de Inteligência Semanal (RIS)** tratamos dos seguintes assuntos:

Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda

- Articulação dos Movimentos Sociais
- Atividades da Campanha Justiça nos Trilhos durante o FSM 2009
- Audiência Pública na ALEPA sobre a UTE Barcarena
- Sentença condena Vale e uma Contratada a criarem reserva
- CONLUTAS prevê manifestações no dia 01 de abril
- CUT vai ampliar articulação com movimentos sociais
- II Plenária Nacional da Campanha “O Petróleo tem que ser Nosso”

ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Existe um processo de articulação de movimentos sociais nacionais e internacionais. Por exemplo, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) entidade criada sob inspiração da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) é constituída por mais de uma dezena de movimentos sociais e entidades, dentre os quais: Fórum Carajás, MAB, Movimento Reage São Luís, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). A RBJA tem como propósito denunciar, entre outras coisas, a “lógica que define os locais onde serão instalados os grandes empreendimentos de mineração, as barragens das hidrelétricas, a passagem de linhas de transmissão de eletricidade, de oleodutos e outras obras, como depósito de lixo tóxico ou de resíduos químicos”. Foi a principal idealizadora da Oficina Articulação Siderúrgica, que reúne “representantes de diversos estados afetados pela expansão do pólo siderúrgico, visando lutar contra os perversos efeitos sociais, ambientais e à saúde pública causados pela cadeia de produção do ferro e aço”.

O Fórum Carajás e o Movimento Reage São Luís, participam da Campanha Justiça nos Trilhos, junto com MST, CPT, MAB e outros. A Justiça nos Trilhos possui forte influência dos Padres Combonianos.

A IBASE, que se intitula a ONG mais antiga do Brasil, recebe recursos de órgãos nacionais e internacionais, dentre os quais: Instituto Rosa Luxemburgo, IBAMA, Oxfam, Fundação Ford, Fundo Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ajuda da Igreja Norueguesa, WWF, Christian Aid e Ministério do Meio Ambiente. A FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional para integrar redes, fóruns e plataformas, visando derrotar as políticas neoliberais.

A FASE está bem estruturada, possuindo escritórios em vários estados e um planejamento estratégico próprio. Concorre diretamente para isto o apoio que a FASE recebe de entidades internacionais e órgãos públicos e, possivelmente, a qualidade de seus quadros.

A FASE acredita que os conflitos sócio-ambientais, inerentes à disputa entre o agronegócio e a agricultura familiar e camponesa, irá interagir com a crise das cidades, como o aumento da violência. A ideia do desenvolvimento urbano se alinha as decisões do V Congresso Nacional do MST de levar a luta pela reforma agrária e contra o agronegócio aos centros urbanos, para que a sociedade seja conscientizada da necessidade de alterar a situação político-econômica.

O Diretor Executivo da FASE, Jorge Eduardo Saavedra Durão, é marido de Vera Saavedra Durão, do Valor Econômico, que escreve artigos contrários aos interesses da Vale, abordando inclusive assuntos sensíveis e de conhecimento restrito.

Um dos contribuidores da FASE é o Instituto Luxemburgo, entidade alemã que também contribui para o PACS, que tem forte atuação contra a implantação da CSA. Recebe subsídios do Governo Alemão, sendo uma das seis fundações políticas que formam parte do sistema político educacional da Alemanha. Promove basicamente educação política, atividades culturais e análises sociais.

ATIVIDADES DA CAMPANHA JUSTIÇA NOS TRILHOS DURANTE O FSM 2009

Ficou caracterizado durante o FSM que a Campanha Justiça nos Trilhos tem a capacidade de mobilizar diversos movimentos e segmentos, nacionais e estrangeiros para combater os projetos da Vale, em todas as partes do mundo. Utilizam argumentos fortes, baseados em ideias centrais:

- 1 - A Vale não se diz mais uma empresa nacional, ela virou uma empresa global com sede no Brasil (apelo ao nacionalismo);
- 2 - Compromisso com ganhos sem limites (crítica ao “capitalismo selvagem”);
- 3 - A siderurgia no Brasil faz a parte “suja” e manda para o exterior as placas de aço, para ser transformada em bens finais com maior agregação de valor, para depois comprarmos de volta (crítica ao neocolonialismo e ao projeto “desenvolvimentista”);
- 4 – Os Projetos da Vale causam muito mais impactos ambientais, principalmente na Amazônia, que os elencados nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA) (apelo à defesa do meio ambiente).

A atuação da JT apesar de recente, talvez por está sendo vista como “sangue novo” para os movimentos que combatem os projetos da Vale, já conseguiu desenvolver uma “orquestração” de argumentos que são apresentados pelos principais parceiros da campanha. Foram estabelecidas algumas estratégias para implementar as ações contra a empresa:

- a. Atacar a marca Vale, principalmente no exterior, através de articulação internacional para divulgar na imprensa os problemas ambientais e sociais causados pelos seus projetos;
- b. Atuar nos Fundos de Pensão, para levar pressão ao Conselho de Administração da Vale, e junto a clientes e investidores estrangeiros;
- c. Desenvolver campanha de conscientização nacional, não apenas nos municípios com impactos diretos da Vale;
- d. Forçar a Vale a redistribuir seu “enorme lucro” através de indenizações, compensações ambientais e a reconstituição do Fundo de Desenvolvimento nos moldes anteriores à privatização;
- e. Atuar de forma conjunta na defesa dos Recursos Hídricos;
- f. Atuar junto ao Judiciário para cooptar juízes favoráveis à causa;
- g. Utilizar pequenas ações jurídicas, sistematicamente, causando prejuízos e atrasos aos projetos, entregando ao Ministério Público o material necessário pronto através de Núcleos de Apoio Jurídico (estratégia de *guerrilha*);

- h. Montar comitês de cientistas (geólogos, biólogos, juristas) nas diferentes regiões do país para avaliar os projetos da Vale, e atuar junto ao MP para barrar licenciamentos ambientais;
- i. Estabelecimento do controle público do setor siderúrgico (não explicitado como seria feito);
- j. Busca de alianças estratégicas, inclusive com sindicatos, apoiando bandeiras sindicais, como as demissões.

A campanha pela reestatização da Vale não é considerada prioritária pela Justiça nos Trilhos, que considera irrelevante quem a controla, mas sim os danos por ela causados. As atividades da JT, com o apoio da Ordem Italiana dos Padres Combonianos, tendem a se intensificar, com as alianças realizadas durante o Fórum. Têm a capacidade de mobilizar a opinião pública nacional e estrangeira quanto aos impactos ambientais causados na Amazônia.

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A UTE BARCARENA

Em 06/Fev, foi realizada em Barcarena, reunião com representantes das comunidades para tratar da UTE. O objetivo principal foi definir a data da Audiência Pública, com a participação dos municípios vizinhos, câmara de vereadores, prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente do Pará, Ministério Público, Vale e comunidades. Ficou decidido que a audiência seria realizada no dia 06/Mar, no ginásio de Barcarena.

Organizadores “tem pressa em realizar a audiência porque a Vale já está se manifestando, se sentindo pressionada, e mandou dizer para as comunidades que vai fazer uma reunião para explicar melhor o projeto, que já foi modificado”. Falaram também que “as comunidades não querem saber o que a empresa vai dizer, pois só os leigos e idosos podem acreditar na Vale. Contudo, quem está por dentro do assunto e já conhece a lãbia que esses caras têm, não acreditam nessa conversa. A degradação do meio ambiente será a mesma, com mudança ou sem mudança”.

Os coordenadores conseguiram, durante o FSM, um grande aliado na luta contra a Vale. “Os noruegueses descobriram que uma boa parte da Vale pertence a pessoas da Noruega e ficaram de discutir sobre os impactos ambientais que a Vale vem causando em Barcarena, e ainda querem implantar uma termelétrica, e chamam as famílias tradicionais, que moram anos e anos no município, de invasores.”

Os noruegueses citados são Per Bondevik e Arne Dale (Ajuda da Igreja Norueguesa), que fizeram parte da Oficina “Controle Social sobre a Indústria Extrativa - os impactos sociais e ambientais da cadeia produtiva do alumínio: o caso Alunorte e a sociedade civil no Pará”, no FSM.

No dia 13/Fev foi realizada outra reunião, com 15 pessoas das comunidades de Curupeté, Vila do Conde e Barajuba, para informar que em 12/Mar haverá Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Pará sobre a UTE. Foi dito que a audiência do dia 06/Mar foi adiada, em razão da que será realizada na Assembléia.

Foi dada ênfase à necessidade de as comunidades se mobilizarem para a audiência, “pois contará com a presença da Governadora Ana Julia, do prefeito de Barcarena, delegados do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Vale, ambientalistas, imprensa e Valmir Ortega, Secretário Estadual do Meio Ambiente.”

SENTENÇA CONDENA VALE E UMA CONTRATADA A CRIAREM RESERVA

A Vale e a Geoexplore Consultoria e Serviços foram condenadas pela Justiça Federal em Marabá a implantar nova área florestal na região de Carajás, com superfície mínima de 290ha, em local sem cobertura florestal remanescente, com o caráter de Reserva Particular do Patrimônio Natural. A sentença, prolatada dia 12, é do juiz federal Carlos Henrique Borlido Haddad.

O Ministério Público Federal, ingressou em juízo no ano passado, pedindo que as empresas fossem condenadas a reparar dano ambiental. Segundo o MPF, em Jul/03 um incêndio atingiu mais de 400ha da Floresta Nacional de Carajás. A origem do fogo foi provocada pela atuação da equipe de trabalhos topográficos da Geoexplore, que se encontrava na área como contratada da Vale. Na sentença, reforça a convicção de que a ocorrência do dano ambiental é inequívoca, diante da constatação do incêndio que queimou mais de 580ha da Floresta. A Geoexplore foi contratada pela Vale para serviços de prospecção e enviou equipe à área florestal. Durante os trabalhos, iniciou-se o incêndio, foi debelado pelas chuvas. Segundo o juiz, o laudo de exame em local de incêndio, do Corpo de Bombeiros, concluiu que o fogo teve início numa bagana de cigarro atirada na vegetação seca da margem da estrada. Isso facilitou a propagação das chamas, juntamente com o Sol forte e das características geológicas das rochas de ferro.

CONLUTAS PREVE MANIFESTAÇÕES NO DIA 01 DE ABRIL

Segundo nota da CONLUTAS, as mobilizações de 11 e 12/ Fev impulsionam a realização do Dia Nacional de Luta com paralisações e protestos em todo o país, no dia 01/Abr. Essa data foi aprovada por diversas entidades de esquerda durante seminário no Fórum Social.

CUT VAI AMPLIAR ARTICULAÇÃO COM MOVIMENTOS SOCIAIS

Durante a reunião da Executiva Nacional da CUT, ocorrida em São Paulo, em 17/Fev, João Felício, secretário nacional de Relações Internacionais, lembrou que os movimentos sociais apontaram, durante o FSM, que haverá manifestações entre 28/Mar e 04/Abr, pela superação da crise através da defesa dos direitos dos trabalhadores. "Vamos ter esse calendário em mente para realizarmos grandes mobilizações".

II PLENÁRIA NACIONAL DA CAMPANHA O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO

Em 02/Mar, acontecerá a II Plenária Nacional da Campanha "O Petróleo tem que ser Nosso", no Rio, com apoio dos sindicatos da Frente Nacional dos Petroleiros. Os organizadores esperam contar com a presença de representantes de todas as entidades inseridas na campanha.

Na I Plenária, em São Paulo, foram debatidas questões mais imediatas, como a Jornada de Lutas contra a 10ª Rodada de Licitação do Petróleo (14 a 18/12/08). Foram traçados os pontos consensuais da campanha: defesa da soberania nacional, mudança da atual legislação do petróleo e luta pela volta do monopólio estatal e pela reestatização da Petrobrás.

O objetivo da II Plenária é melhor organizar a campanha, visando à conquista dos objetivos dos movimentos sociais e entidades sindicais, de modo que “as riquezas provenientes da exploração do petróleo sejam revertidas em benefício do povo brasileiro”. Serão implementadas formas de expandir a campanha, para alcançar amplos setores da sociedade, com produção de cartilhas e vídeos.

A convocatória para a II Plenária Nacional está a cargo das entidades do Coletivo Operativo Nacional: Federação Nacional dos Petroleiros, Federação Única dos Petroleiros, CUT, CONLUTAS, Intersindical, CTB, PCB, CONAM, MST, MAB, Assembléia Popular, Consulta Popular, jornal *Brasil de Fato* e o Fórum contra a Privatização do Petróleo e Gás/RJ.